

Em 1802, o tenente-coronel engenheiro Reinaldo Oudinot foi encarregado pelo Governo de abrir uma nova barra, em colaboração com o sargento-mór engenheiro Luiz Gomes de Carvalho. A barra estava então um pouco ao norte de Mira.

O plano das obras elaborado por Oudinot para a abrir e fixar consistia essencialmente no corte do canal de S. Jacinto junto ao Forte novo, por meio de um dique transversal que começava na parte norte da duna interior (Gafanha), e terminava no Oceano, represando as águas vindas do norte para a barra, e obrigando-as a sair para o mar através do cordão litoral. Este dique era formado por outros dois rectilíneos consecutivos, um de cerca de 1350 metros de comprimento e o outro de 1276 metros, formando um ângulo de  $139^{\circ}$  e  $32'$ . O primeiro dique ficou orientado na direcção leste-oeste e segurou a barra pelo sul; o segundo, na direcção E. S. E., é que interceptou o canal, do que resultou ficar a ria dividida em duas zonas: uma ao norte com a nova barra, e outra ao sul, com a barra velha.

Estas duas zonas apenas comunicavam entre si por uma cambéa ou abertura no molhe, de 6 metros de comprimento, próxima do areal da Gafanha.

A barra foi aberta no local onde se encontra hoje, tendo as obras começado no mesmo ano de 1802.

Em Dezembro de 1803 ausentou-se Oudinot em serviço oficial para a Ilha da Madeira, onde faleceu, e as obras continuaram debaixo da direcção de Luiz Gomes de Carvalho, que alterou um pouco o plano de Oudinot.

A nova barra só ficou aberta no dia 3 de Abril de 1808, mas o plano total das obras nunca chegou a ser executado.

Informaremos que não foi nova a idea de seccionar a ria em duas partes por meio de um dique.

Com effeito, em 1771, estando a barra a duas léguas ao norte do extremo meridional do canal de Mira, propunha o juiz de fora de Aveiro que fôsse tapado o rio velho, na altura da barra, e se continuasse a tapagem pela margem sul desta com uma estacaria dobrada e entulhada de pedra solta, até a pancada do mar, e que na margem norte fôsse também construída outra estacaria idêntica, fixando-se e profundando-se assim a barra, que ficaria orientada na direcção leste-oeste, para os navios poderem entrar com os ventos oeste, norte e sul, e sair com norte, leste e sul.

A antiga idea de que a barra ficava bem situada próximo da Vagueira, e os prejuízos causados nas salinas com a abertura da nova barra motivaram logo de início uma grande opposição

ao plano de Oudinot e Luiz Gomes, em virtude do qual a nova barra ficava situada a 17600 metros ao norte da barra então existente, a-fim-de se conseguir um bom regime de águas na laguna e na barra, e enxugarem-se fàcilmente os terrenos de cultura.

A orientação do molhe sul da barra na direcção leste-oeste foi determinada pelas conveniências da navegação e pelo convencimento de Luiz Gomes de que o canal da barra se asso-rearia se ficasse com a direcção W. S. W. proposta pelo engenheiro inglês Elsdén, em 1777. As obras realizadas e a abertura da barra deram grande nomeada a Oudinot e a Luiz Gomes, ao princípio, mas em breve se reconheceu que não produziam todos os resultados e benefícios previstos e desejados, principalmente para a navegação.

Aberta a barra, foi Luiz Gomes chamado ao serviço do exército, mas logo em 3 de Agosto de 1809 era mandado regressar às obras "para evitar o dano maior que podia resultar à barra quando imediatamente lhes não applicassem os reparos precisos." E' que o mar, pouco depois da abertura desta, destruiu o molhe numa extensão de 600 metros, e as correntes das vazantes da ria começaram a corroer a praia de S. Jacinto, tirando de lá areias que transportavam e depositavam no canal da barra.

Por outro lado, as correntes das vazantes incidiam quasi perpendicularmente ao molhe, saindo depois para o mar no sentido W. N. W. com grande perda de força viva, do que resultava não serem destruidos os bancos de areia da foz da laguna. Para obstar à corrosão do areal de S. Jacinto, mandou Luiz Gomes construir, fora do plano de Oudinot, na orla dèste areal, uma série de grossos dentes de pedra e fachina, que desviavam as correntes para leste. Á-pesar, porém, de tódas as obras realizadas, a barra continuou ora boa ou má, reconhecendo-se que tinham sido insufficientes. No entanto, tinha-se restaurado a salubridade da região, e tinham-se tornado boas as condições agrícolas e as do fabrico do sal, embora algumas salinas próximas da barra nova tivessem sido inutilizadas com as obras e novo regime de marés.

Em 1823 conspirava-se fortemente em todo o país contra o regime constitucional.

Triunfante o partido absolutista em Aveiro, foi preso nos princípios de Junho o engenheiro Luiz Gomes de Carvalho, já então coronel. O ministro da guerra Pamplona Côrte Real, partidário do liberalismo, em officio de 21 de Junho enviado ao governador interino de Aveiro, João Rangel de Quadros, ordenava

que Luiz Gomes fôsse solto à ordem de Sua Majestade, e o deixassem exercer o seu emprêgo de trabalhos hidráulicos, se não houvesse inconveniente. Também o governador das armas do Pôrto em officio de 13 de Julho preguntava por ordem de el-rei, ao mesmo governador interino de Aveiro, se havia inconveniente em que Luiz Gomes continuasse nas comissões que tinha em Aveiro.

No dia 23 de Julho reuniu extraordinariamente a vereação com a assistência de elementos do clero, nobreza e povo, para dar parecer sôbre êstes officios, e votaram que Luiz Gomes de Carvalho fôsse destituído dos seus lugares em Aveiro pelos seguintes e principais motivos:

1) ter mais simpatia pelo regime constitucional do que pelo absoluto;

2) não ter continuado os trabalhos da abertura da barra conforme o «insigne» plano de Oudinot, estando já as obras em adiantamento e vencida a maior dificuldade que era a tapagem do rio chamado cale da Senhora, donde resultou a demora de alguns anos até completa abertura da barra, com gravíssimos prejuízos para a saúde pública e economia da região, por estar quasi fechado o rio velho;

3) ter estragado o canal da barra com grossos dentes de pedra e fachina que mandou construir nas areias do norte, os quais tinham provocado a ruína do paredão da barra, e impediam que as águas rasgassem uma barra natural e duradoura em que se viessem a estabelecer correntes na direcção aproximada de leste-oeste;

4) não ter cuidado convenientemente do paredão da barra;

5) fazer obras dispendiosas e inúteis;

6) tratar escandalosamente o povo de Aveiro.

São estas, em resumo, as principais acusações que contra Luiz Gomes constam da acta da sessão de 23 de Julho de 1823, em cujo final se lê:

*«...continuando Luiz Gomes de Carvalho a dirigir semelhantes obras, Aveiro se tornará inteiramente infeliz e desgraçado, sendo êste o unânime voto do Clero, Nobreza e Povo, com o qual se conforma esta Câmara.»*

Assinam esta acta muitos absolutistas, entre os quais o cirurgião Manuel Martins de Almeida Coimbra, e também alguns liberais. Luiz Gomes estava na iminência de ser sacrificado mais pelo seu liberalismo do que pela orientação que tinha dado às obras da barra. Mas, a-pesar-do voto desfavorável da Câmara,

parece que Luiz Gomes não chegou a ser destituído da direcção delas, porque o referido Almeida Coimbra, na memória que escreveu em 1836, intitulada *Reflexões históricas sobre a barra de Aveiro*, diz que depois da morte de Luiz Gomes em 1826, a construção dos redentes na praia de S. Jacinto ficou a ser dirigida pelos próprios operários, que iam restaurando os que se arruinavam e construindo outros, de onde se conclui que êle dirigiu as obras enquanto foi vivo. Mas além da insuficiência das obras realizadas, haveria de facto êrros nestas e no plano? Vejamos. A primeira pessoa que em documento de carácter público os apontou, foi o cirurgião Almeida Coimbra na memória atrás mencionada.

Nasceu êste em Aveiro, na extinta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, aos 14 de Novembro de 1796, e faleceu no Pôrto aos 6 de Junho de 1865, mas foi sepultado no cemitério de Aveiro. Fêz na sua terra os estudos preparatórios, e em Lisboa frequentou com distinção a Real Escola de Cirurgia. Tendo concluído o curso, voltou para Aveiro, onde exerceu com muita proficiência a clínica e a cirurgia. Era muito erudito. Nasceu e viveu na casa de que era proprietário e que foi mandada construir por seu pai em 1789, na antiga rua do Gais, hoje denominada rua de João Mendonça, no local onde actualmente se levanta o edificio do Banco Nacional Ultramarino.

A memória que escreveu é altamente interessante para a história de Aveiro e do seu pôrto.

Nela critica as obras executadas por Luiz Gomes, atacando principalmente os pontilhões ou redentes do areal de S. Jacinto, que evitavam que as correntes das vazantes seguissem o seu curso natural, na direcção sul sudoeste e as levavam a incidir quasi perpendicularmente ao molhe, resultando daqui a sua inconveniente saída para o mar no sentido N. N. W.

A barra, diz Coimbra, não satisfez aos fins que todos desejavam, « não tanto pela má situação e direcção do paredão ou dique construído, e natural corrente das águas, como pelas obras que aquêl engenheiro mandou fazer na areia da parte norte ao longo da margem do canal da barra. »

Em sua opinião, o molhe devia ter sido orientado na direcção W. S. W., a qual lhe tinha sido attribuída em 1777 pelo engenheiro inglês Guilherme Elsdén, e a barra devia ter sido aberta na Vagueira, o que aliás também já o hidráulico italiano Iseppi tinha proposto em 1780.

Mais tarde o projecto e obras de Oudinot e Luiz Gomes foram criticados nos seguintes têrmos, pelo engenheiro Silvêrio

Pereira da Silva, director das obras da barra de Aveiro desde 1858 até 1886, no seu relatório de 1874:

*« Se a análise conscienciosa do plano de Oudinot, e o exame das obras executadas por Luiz Gomes de Carvalho não fôsses só por si bastantes para deixar conhecer os erros graves do primeiro plano e a inconveniência de algumas daquelas obras, seria suficiente isto: o ponto da costa que se escolheu para o estabelecimento da barra foi mal determinado. A disposição do molhe, ou da obra principal e única que primeiro se projectou é inconveniente.»*

O engenheiro Adolfo Loureiro, posteriormente, mostra-se concorde com a crítica do engenheiro Silvério, pois diz:

*« Dois foram, como já citei, os vícios principais das obras: a má escolha do ponto da costa em que devia sair a barra, e a má situação e disposição do molhe exterior.*

*Deveria aquela ficar a 2.500 metros para o N., para corresponder ao ponto onde convergem as águas da cale do Ouro, do Espinheiro e da Vila. O marachão ficou em posição que faz com que a resultante das correntes vá incidir quasi perpendicularmente no molhe do S.*

*Este molhe devia partir, como em 1777 o havia projectado o inglês Elsdon, do lado do N. do forte na direcção de W. S. W. A separação das duas bacias do N. e do S. ficou também muito inconvenientemente feita.»*

Mas, para justificar os trabalhos de Oudinot e de Luiz Gomes, diz a seguir:

*« E' certo que o projecto justifica-se pela consideração da economia no corte do areal da costa, na extensão do molhe e bem assim na grande importância que se deu ao forte novo para a defesa da barra».* As críticas destes dois notáveis engenheiros concordam com a crítica de Almeida Coimbra, exceptuando as situações diferentes que aqueles e este propunham para a barra. No entanto, as palavras justificativas do engenheiro Silvério precisam de ser esclarecidas. São dois os pontos a considerar na questão da barra: a sua situação e a orientação do molhe sul. Poderia a barra ter sido aberta fácil e definitivamente alguns quilómetros mais ao norte da posição que tem hoje?

A simples abertura de uma barra nessas condições, com um ou dois molhes, era uma temeridade, desde que não se fechasse simultaneamente a barra de Mira. Para se manter a barra fixa e boa era necessário, embora não fôsse suficiente, interceptar ao sul e junto dela, as correntes vindas do norte nas vazantes, para não seguirem para a barra velha, tornando irregular o regime das

marés e correntes na barra nova. Ora para colocar a barra alguns quilómetros ao norte do local que Oudinot escolheu, era preciso construir um dique de enorme extensão e custo, e demorada construção, com vários inconvenientes graves, dos quais os principais seriam a inutilização do canal da cidade para a navegação, e a divisão da ria em duas zonas tais que a do norte ficaria com pequena capacidade para um bom regime de correntes na barra.

Restava, portanto, a solução prática de abrir a barra a alguma distância ao sul da capela da Senhora das Areias.

Oudinot e Luiz Gomes, assim o entenderam, e pouco se importando com o Forte, planejaram a abertura da barra no local onde ainda hoje se encontra. Este é aproximadamente o mesmo onde em 1791 se tentou inutilmente abrir a barra, segundo o projecto aprovado pelo hidráulico Estêvão Cabral, pois que fôra aberta meio quarto de légua ao sul da capela da Senhora das Areias.

Quanto à orientação do molhe na direcção leste-oeste, entendeu Luiz Gomes que era esta a melhor para a navegação, porque, se fôsse a de W. S. W., a barra facilmente se assorearia.

Outras obras, porém, Luiz Gomes projectou, complementares da obra fundamental executada, mas nunca se realizaram. Entre elas estava a construção de um molhe ao norte que desse às correntes a direcção aproximada de leste-oeste.

Para se remediar ou atenuar os males de que enfermava a barra, julgou-se indispensável integrar a zona ao sul do molhe no sistema lagunar que servia a barra, e por isso, cerca de 1850, foi praticado uma abertura de 24 pés no molhe, entre a cambeia e o areal da Gafanha; esta abertura, pouco depois de 1855, foi muito aumentada, nela se construindo mais tarde as *portas de água*. Em 1876 e 1877 foram praticados 11 vãos de 14 metros cada um na extremidade leste do molhe compreendido entre o Oceano e o Forte. Estava restaurado o antigo sistema lagunar, mas já com a velha barra de Mira inteiramente fechada.

Os redentes da praia de S. Jacinto, construídos por Luiz Gomes e que Almeida Coimbra queria que fôsem eliminados, foram mantidos até hoje, mas virão agora a ser dispensados ou a perder muito da função que têm desempenhado, em virtude das obras actualmente em execução e inauguradas oficialmente no dia 16 de Outubro de 1932, as quais constam do seguinte:—um molhe de pedra de 250 metros de comprimento situado na margem norte do canal da barra, com a cabeça à distância de 300 metros da do molhe sul, formando com ele um ângulo de 5 graus

aproximadamente, com a abertura voltada para leste. O molhe norte será continuado por um dique curvilíneo, a contornar a margem da ria, até perto do *Centro de Aviação Naval* de S. Jacinto.

A poente do Forte da barra serão também construídos dois diques curvilíneos, encontrando-se do lado do mar, para evitar que as correntes dos canais de S. Jacinto e de Mira se choquem nas vazantes, com grande perda de força viva, necessária ao afastamento das areias da barra. Estas duas correntes tornar-se-ão assim paralelas.

A construção destes dois diques reguladores equivale à construção de uma barra para cada uma das duas zonas em que o dique total de Luiz Gomes dividira a ria, ficando, portanto, agora estas zonas praticamente independentes uma da outra.

Como se vê, estas obras, cujo projecto é do engenheiro português Von Hafe, modificado por uma comissão de engenheiros ingleses, têm por base o dique construído por Luiz Gomes.

Adolfo Loureiro, no seu trabalho sobre os portos portugueses, publicou em resumo parte da memória de Almeida Coimbra, informando que o que reproduzia era extraído de um manuscrito anónimo. Assim diz:

*" De uma memória manuscrita e sem assinatura, mas datada de 1836 e de que é possuidor o sr. Conselheiro Silvério Pereira da Silva, que obsequiosamente a pôs ao meu dispor, vê-se que aquele engenheiro havia mandado construir na margem do canal da barra, muito reenterante para o areal de S. Jacinto, uma série de pequenos esporões de base triangular, mas com pequeno avançamento para o rio, formados de estacas, fachina e pedra. "*

Ora esta memória é precisamente a de Almeida Coimbra, mas é de estranhar que o engenheiro Silvério não tenha indicado a A. Loureiro o autor dela, porque, ou o manuscrito que emprestou era o original, hoje em nosso poder, e nêle estava expresso o nome do autor, ou era uma cópia, e não é crível que nela não estivesse indicado este nome, a não ser por propósito deliberado. Mas o engenheiro Silvério sabia por certo quem era o autor da memória, pois que Almeida Coimbra viveu ainda alguns anos durante a estada do engenheiro Silvério em Aveiro. O que é certo é que da omissão do nome do autor das *Reflexões Históricas sobre a barra de Aveiro* resultou ter Adolfo Loureiro escrito que esta memória talvez fôsse da autoria de Joaquim Pedro Celestino Soares, então capitão-tenente da armada, e director das obras da barra de Aveiro desde 1834 até 1837. A seguir publicamos o texto da memória em questão, conforme o autógrafa.

# Reflexoens Historicas

SOBRE

# A Barra d'Aveiro

Offerecidas

Ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Francisco de Paula de Souza Villas-boas  
Governador Civil do Districto d'Aveiro

Por

*Manoel Martins de Almeida Coimbra, Cirurgião pela Real Escolla  
de Cirurgia de Lisboa, natural e residente naquella Cidade*

Anno de 1836

SOBRE  
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

*Offerecer a V. Ex.<sup>a</sup> o deminuto trabalho de minhas = Reflexoens Historicas sobre a Barra d'Aveiro = he mostrar os desejos que tenho de ser util a esta Cidade, minha Patria; porque se as não fizesse conhecer á Authoridade Publica, que V. Ex.<sup>a</sup> tão dignamente exerce, e as não submetesse á censura do homem sabio, que em V. Ex.<sup>a</sup>, sem lizonja, comtemplo, meus desejos serião baldados e sem fructo.*

*Possão ellas, depois de emmendadas e accrescentadas por V. Ex.<sup>a</sup>, servir de dár alguns esclarecimentos para o melhoramento daquella Barra, em beneficio desta Cidade, cuja prosperidade muito dezejo, assim como a particular de V. Ex.<sup>a</sup> de quem sou*

Mt.<sup>o</sup> Att.<sup>o</sup> Venerd.<sup>or</sup>

De V. Ex.<sup>a</sup>

Manuel Martins d'Almeida Coimbra

## REFLEXOENS HISTORICAS

SOBRE

# A BARRA D'AVEIRO

---

Nenhuma outra obra há em Aveiro, que deva merecer tanta attenção para ser levada ao seu possivel complemento, e poder assim ser de maior utilidade, ao Comercio e á Agricultura, (1) como a obra da Barra; não só pela sua propria grandeza, como pela grandeza de seus resultados; pois he certo, que a prosperidade de Aveiro tem sempre andado a pár da bondade da sua Barra.

Esta (cuja primitiva existencia se acha cahida na escuridão dos seculos) era porto vasto e profundo, mui ferquentado pelos Estrangeiros no reinado do Snr. D. João 2.º, como se infere do que diz Garcia de Rezende na sua Chronica Cap. 145 á cerca das providencias de rezezalia tomadas contra os Francezes, por estes nos terem apprezado huma Caravella que vinha da Mina com oiro; o que sabido por aquelle Monarcha, desprezando o voto de seus Concelheiros, mandára logo tomar dez náos Francezas, que estavam no porto de Lisboa, tirar-lhe as vergas e os lemes, descarregallas para a Alfandega, despejar dellas os Francezes, e meter-lhe dentro Portuguezes; mandando Provizoens e poderes a Setubal, e Vasco da Gama, que foi Almirante das Indias, ao Algarve, a fazer o mesmo a todos os Navios que lá estivessem: E que assim mandára fazer outro tanto á Cidade do Porto e Aveiro: sendo digno de notar-se não serem aquellas providencias para todos os portos do Reino mas só para certos; signal que só elles erão os ferquentados de Navios Franceses, nos quaes se queria El-Rei dezagravar do insulto que se lhe fizera, que não era elle homem que o dessimulasse.

Não só foi Aveiro mui ferquentado pelos Estrangeiros, mas ate muitos delles aqui rezedião, crescendo tanto a sua população que por isso, a unica Freguezia que tinha, foi dividida em mais

---

(1) As palavras «ao Comercio e á Agricultura» encontram-se riscadas no original.

trez pelo Bispo de Coimbra D. João Soares, por Provisão dada na sua Quinta de S. Martinho aos 10 dias do mez de Julho de 1572, e feita por Jorge Manso seu capellão na qual diz o dito Bispo—«Visitando nós a paroquiall Igreja de Sam Miguell da villa d'aveiro (hoje em Abril de 1836 quazi completamente demolida, por ordem do Governador Civil, que foi desta Cidade, Jose Joaquim Lopes de Lima) achamos aver nella dois mill visinhos e mais de homze mill almas de cura, afora muita gente estrangeira que nella de continuo reside, e nam avendo nella mais desta soo Igreja paroquiall nam podiam em ella caber, nem serem sacramentados nem curados, nem ouvir misa aos dominguos e dias santos. E para prover no cazo como foor serviço de noso Senhor e bem das almas e todos fomos conhecidos asi hos estrangeiros como hos naturaes nos pareceo necesario erigir e criar de novo tres freguezias na dita villa, e repartir por cada huma quatro centos foguos pouquo mais ou menos, porque ainda asi fiquão com a matriz oito centos, e em cada huma destas Igrejas instituir hum capelão que hos curasse e admenistrasse todos hos ecclesiasticos sacramentos. E pela dita Igreja ser da ordem e mestrado d'aviz e os redditos della obrigados a esta nova hobriguação, ho fizemos asi saber a el Rei noso Senhor, como guovernador que he e perpetuo admenistrador da ditta ordem d'aviz. E pelas razoes que lhe alleguamos, sua Alteza o ouve e há por bem, por huma sua especiall provisão, que para iso nos mandou, que se erijão e criem de novo as dittas tres freguezias pela quall de seu proprio e expreso consentimento e nosa authoridade hordinaria d'aguora para sempre creamos e de novo erijimos na dita villa tres freguezias (hoje estão reduzidas a duas por ordem daquelle dito Governador Civil) a saber, huma na Igreja que hora hé da Vera-Cruz, e outra na do Spirito Santo, e outra na de nosa Senhora das camdeas, as quaes desmembramos de todo da matriz... etc.» (Veja-se a original, que deve existir no Cartorio da Sé de Coimbra na gav. 13 Repart. 1.<sup>a</sup> maç. 2.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 25).

Ainda a Barra offerencia facil navegação pelos annos de 1571 e 1578, reinado do Snr. D. Sebastião, porque nestes annos por ella sahirao Navios não só para a pesca do Bacalhão mas com gente e muniçoens para a desgraçada expedição d'África, emprehendida por aquelle Rei; do que faz menção em suas Memorias Diogo Barbosa tomo 4.<sup>o</sup> e se colige do § 23 da Lei de 3 de Novembro de 1571, cujos termos são—«As Náos que forem das Villas de Aveiro e Vianna e de qualquer outra parte de meus Reinos e Senhorios á pescaria do Bacalhão, hiram armadas, e elege-

rão ante si ao tempo que se partirem capitam mór, tudo conforme a este Regimento. E apartando-se lá em alguns rios e baías pera fazerem suas pescarias, ei por bem que todas as que se acertarem juntas em lugar e baía possam partir elegendo ante si seu capitam mór a que sigão e obedeção com declaraçam que vindo á sua noticia, que há inimigos, e que devem com elles de pelejar, ou tendo pera isso recado do capitam mór da frota sejam obrigados a se juntar, e ajudar humas ás outras, e apelejam todas juntas, e cumprirão á cerca disso o que o capitão mór de toda a frota ordenar e mandar.»=

Qual fosse porem o sitio onde esta Barra exestio he hoje, se não impossivel ao menos, bem defícil de indicar, porem para se conhecer que ella era ao Sul da Capella da Senhora das Areias basta vêr ainda agora por detraz da actual Capella os restos da antiga, a qual já exestia muito antes da era de 1553 tempo em ella já percizava de reparos; sendo certo que em 1549 lhe forão dados alguns trastes por Fernão Barboza, como consta do termo da entrega que delles se fez aos pilotos Gomes Affonso e Matheus Gomes, o qual se achou em hum livro de Provedoria d'Es-gueira a folhas 273, e que Luiz Gomes produzio em sua Me-moria.

Foi isto certamente e a existencia do antigo Forte da Ga-fanha chamado o Forte novo, o que induzio a abrir a Barra onde está; o que talvez não succedesse se entro se reflectisse não só no nome tradicional do dito forte que indicava haver outro mais antigo, mas igualmente que não podia consistir a Fortaleza de huma Barra tão ferquentada como foi a de Aveiro, em humas simples paredes, sem vestigios de outras obras, que era o que ali existia, as quaes por sua construcção figura e situação mais parecião ser o começo de huma fortificação para defeza do rio, que ali passava e hia ter á Barra, do que hum Forte, ou ruinas delle, que tivesse servido de defender a entrada de alguma Barra, que d'antes ali exestisse: Muito mais

Se não se tivesse em pouco a fama, e os vestigios, que in-culcavão ter ella sido no sitio da Vagueira, que fica mais legoa e meia para o Sul, os quaes suposto consistissem apenas e ap-arentemente em hum morro d'areia, cujo sitio ainda hoje se co-nhece, e sempre foi denominado o Forte velho, e em huma es-tacada que talvez foi considerada modernamente feita, por se ter ali aberto huma outra Barra em 1757; succedeu depois acharem-se obras de tijolo e largos alicerces de pedra, e em huma destas a seguinte inscripção=«ano 1643 rei de Portugal João 4.º»

Facto este acontecido depois de principiada a nova obra da Barra, e quando era já só seu director Luiz Gomes de Carvalho, que foi quem mandou tirar aquelles alicerces e demolir tudo, e que referio todas estas circumstancias.

Com tudo he certo que já no anno de 1656 tinha principiado a ser deficultoza a navegação em Aveiro, e deminuído muito o seu commercio, não tanto por cauza da guerra, que os Inglezes e Holandezes fizeram a Portugal, no tempo em que estivemos sujeitos aos Reis de Hespanha, como por cauza da Barra, que já tinha então perdido muito da sua profundidade, deficultando assim a navegação, como se colige da questão suscitada entre Domingos Luiz Henriques, e os officiaes d'Alfandega, e que tras Pegas comm. á Ord. tom. 8 pag. 80; e talvez date dessa epoca o seu afastamento para o sul.

A muitas e diversas causas attribuiu Luiz Gomes tal afastamento, mas fossem ellas quaes fossem, todo o mal esteve no factio, porque logo que a Barra deixasse de ter hum alveo certo, certo era o seu entupimento e deterioração.

Desta rezultou a decadencia da prosperidade de Aveiro, e a sua despovoação havendo-se por toda a parte como terra inhabitavel, por insalubre, consequencia da estagnação das agoas, que não erão suficientemente renovados por marés regulares, não só pela grande distancia da Barra mas ainda mais por cauza da sua pouca profundidade.

Não podia já o Governo deixar de attender a tão deploravel situação, os deminutos rendimentos d'Alfandega lha mostrarão, assim como as repetidas representações dos Povos, ate que o Snr. Rei D. Jose em 1756 encarregou ao Engenheiro Carlos Mardel abertura de huma Barra. Nada porem rezultou de seus planos, e nem podia rezultar por mais bem concebidos que fossem, porque a extraordinaria cheia que então houve lhe não deu tempo nem para começar sua execução.

Achava-se a Barra no anno de 1757, por extremo entupida, mui distante d'Aveiro, e perto de Mira: fôra o inverno chuvoso, e as agoas do Vouga, e d'outras correntes entradas na grande enceáda formarão tão grande cheia que não só cobrio todas as Ilhas da ria e campos vezinhos senão que alagou alguns bairros d'Aveiro.

Esta calamidade reclamava o prompto remedio da abertura de hum regueirão na areia, que desse sahida para o mar ás agoas reprezadas, que tantos damnos tinham cauzado, e ameaçavão cauzar outros maiores. Assim o reprezentou energicamente a El Rei o

Capitão Mór João de Souza Ribeiro offerecendo-se a fazello á sua custa, o que lhe foi concedido, mandando-se por avizo de 27 de Janeiro de 1757 ao Superintendente da Barra, que desse licença ao Capitão mór para abrir o regueirão, visto que se offerencia a fazello á sua custa; condição esta tanto mais indigna do Governo de Sua Magestade como glorioza para o digno Capitão Mór, o qual quando a propôz bem entendia que seria essa a razão mais poderosa para obter a favor d'Aveiro como graça, o que era hum dever do Soberano.

Escolheu João de Souza Ribeiro o sitio da Vagueira para abrir o dito regueirão (talvez a isso induzido pela fama ou vestigios que encontrasse de ter sido ali a Barra) he certo que à sua vóz e com o maior alvoroço ali correu toda a gente da ordenança, e como todos trabalhavão pela restauração de seus campos, seus misteres, e sua vida; luzia a obra.

Tanto que ella foi acabada quiz o dito Capitão Mór, que fosse seu filho João de Souza (que depois foi Brigadeiro) quem abrisse o rego no marachão d'areia, que unicamente sustentava o pezo d'agoa da ria, e como elle assim o fizesse ajudado de alguns homens, por ser ainda menino, começou logo a sair a agoa para o mar e com tanta impetuosidade que foi percizo retirar a toda a pressa, porque a corrente não tardou a ganhar força de levar diante de si montes d'areia. A Barra que rezultou ficou larga e profunda, e o Ilustre Capitão Mór João de Souza Ribeiro teve a gloria de ser o restaurador d'Aveiro sua Patria.

Como porem a Barra era d'areia e não podia conservar-se do mesmo modo e no mesmo lugar, mandou sua Magestade, logo no anno seguinte de 1758, a Francisco Jacinto Polehet, e a Francisco Xavier do Rego, Sargentos Móres d'Infantaria, com exercicio d'Engenheiros, com seus adjuntos Luiz d'Alincourt, e o Tenente Adão Wenceslão para formarem seus planos afim de dar premanencia á Barra, feitos com assistencia do Dezebargador do Porto Manoel Gonçalves de Miranda e do Capitão Mór João de Souza Ribeiro como intellegente e conhecedor do paiz.

Parece que desses trabalhos rezultarão algumas obras, logo abaixo da Vagueira; mas sendo ellas insufecientes, a Barra as deixou atraz, correndo de novo para sul, ficando tudo inutilizado.

Tiverão o mesmo successo os planos dos Engenheiros Guilherme Elsdén, Isidoro Paulo Pereira, e Manoel de Souza Ramos em 1777.

Não sendo mais feliz em seus planos o chamado Hydraulico João Isepi começados em 1780 no tempo ja do reinado da Snr.<sup>a</sup>



D. Maria 1.<sup>a</sup>, forão mandados suspender seus trabalhos em 1783, talvez em consequencia do voto contrario á abertura da Barra, que se suppõem deu José Monteiro da Rocha, que sobre isso foi consultado, e vezitou a Barra em 1781, com cujo voto se conformou o Marchal Guilherme Luiz Antonio Vallaré mandado em 1788 continuar aquelles trabalhos, o qual nada fez.

Tão dezacreditada ficou desde então a Barra, que o Governo ja não attendia a representações sobre a sua continuação, e nestas circumstancias foi preciso variar de termos, pedindo-se-lhe licença para abrir hum regueirão na areia (sem lhe chamar Barra) hum pouco ao Sul da Capella da Senhora das Areias, para abrigo dos barcos, e enxugar as agoas encharcadas, a qual se obteve em 1791, sendo o projecto primeiramente examinado por ordem superior pelo Hydraulico o Padre Estevão Cabral, tudo isto afim de vêr se tinhão por algum tempo huma Barra, não só para os barcos se não para Navios, lembrados de que taobem foi hum regueirão que abrio João de Souza Ribeiro em 1757, de que rezultou huma Barra, que durou alguns annos com muito proveito e utilidade de Aveiro.

Esta tentativa, em que se gastarão mais de quarenta mil cruzados, teve desastrôso successo, talvez porque nao houve huma cheia tão grande e extraordinaria como a que teve João de Souza Ribeiro para abrir a Barra em 1757; e porque o mar embravecido vencendo o marachão d'areia, que defendia o regueirão entrou por elle dentro entupindo-o e destruindo tudo.

Por espaço de onze annos ficou a Barra abandonada a si mesma e correndo, sem obstaculo algum, para o Sul pela força da sua tendencia natural, hindo completando a sua ultima ruina.

Achava-se ella já nos areais de Mira, distante cinco legoas de Aveiro, quando em 1802 Sua Magestade o Snr. D. João 6.<sup>o</sup>, então Principe Regente, rezolveo encarregar a continuação das obras da Barra aos Engenheiros o Coronel Reinaldo Oudinot, e ao Capitão Luiz Gomes de Carvalho.

Expedidas as ordens em 2 de Janeiro daquelle anno chegarão os ditos Engenheiros á Cidade de Aveiro no dia 22 do mesmo mez, e foi principiada a obra segundo o seu plano, que consistio na formação de hum dique ou paredão construido de faxina e pedra, que principiando na terra firme da Gafanha foi tapando depois o rio em rumo d'Oeste 4.<sup>o</sup> de Sudoeste, occupando toda a sua largura, e a da areia que ficava entre elle e o már, extensão que seria de 660 a 700 braças: escolhendo-se para o edeficar o sitio contiguo ao orte da Gafanha pelo lado do Sul deste, talvez

pela existencia ali do ditto Forte como já dicemos. No começo e ainda mesmo no progresso da obra não deixarão aquelles Engenheiros de asseverar (e Luiz Gomes o disse ao Governo) que a nova Barra satisfaria em tudo aos desejados fins, isto he de escoar os campos e restituilos á lavoeira, dar ás Marinhas marés salgadas, restaurar a saude publica, e finalmente que a Barra seria funda e propria para receber os grandes Navios do commercio os quaes, pela direcção em que ella vinha a ficar podião entrar e sahir com o vento norte, que he o reinante nesta costa, e por consequencia capaz de restaurar completamente a prosperidade das Comarcas vezinhas, e particularmente a de Aveiro.

A vista do progresso, e do aparatozo e activo andamento de tão grande obra, na qual alem de se despenderem avultadas somas, se enterrarão as soberbas e antigas muralhas de que Aveiro era cercado (monumento da grandeza e animo Real do Snr. Infante D. Pedro) já ninguem duvidava de que a Barra que se abrisse seria permanente, e todos se persuadião de que se realizarião as mais vantagens enunciadadas, e por isso com ancia esperarão o seu complemento para gozarem tantos beneficios; muito mais porque

As copiosas chuvas do inverno do anno de 1808 elevarão as agoas da ria a tal altura que abismando marinhas e ilhas transbordarão do cães e cobrirão os bairros baixos da cidade, inundando as cazas de seus moradores de modo que em algumas só pelas janellas se podião servir, e não se podendo soffrer tão penosa situação não poucos habitantes houve que em grupo tentarão, no mez de Fevereiro do dito anno, hir abrir a Barra, fazendo hum regueirão na pouca areia, que já restava entre o már e a extremidade do dique, e assim dár escoante ás agoas, projecto a que Luiz Gomes se oppôz, e pôde conseguir não tivesse effeito.

Finalmente depois de mais de hum mez de sofrimento, e disposto tudo pelas autoridades, no dia 3 d'Abril que foi Domingo de Lazaro pelas 7 horas da noite do anno de 1808 se abriu a actual Barra de Aveiro ao poente desta cidade tres mil e seiscentas braças, mil, ditas, ao sul da Capella da Senhora das Areias, e sete mil oito centas e cincoenta, ditas, ao norte da Barra que então exestia, correndo a agoa para o már quasi pelo espaço de tres dias com geral satisfação de seus habitantes que vião por este acontecimento terminados os males que os affligia.

Pouco tempo foi percizo decorrer para se conhecer, que nem todas as vantagens prometidas se tinham realizado, porque supposto tivesse melhorado a saude publica (para o que parece

ter só sido proficua a Barra) logo se principiou a observar, que os campos e ilhas incultas o continuavão a ser, em razão de serem inundadas pela agoa salgada nas marés, visto a impetuosidade e altura destas, pela proximidade da Barra.

O mesmo e por tal motivo aconteceu a todas as Marinhas que ficavão proximas á Barra a menor distancia de meia legoa, as quaes não foi possivel conservar; e caçados seus donos de exaurir todos os meios para as reduzir ao estado de poderem fazer sal, tiverão por melhor de as abandonar e deixar em praias estereis, reconhecendo ser impossivel a construção, e conservação das tapagens indispensaveis para a sua cultura: quando he certo que antigamente sempre se fabricarão as marinhas que havia não sómente até o sitio onde hoje he a Barra, mas ainda para o Sul della, e tantas, e tão extenções e productivas erão ellas, que quazi todos os proprietarios d'Aveiro se recentirão de huma tão grande perda, principalmente as cazas nobres, muitas das quaes tiravão daquellas propriedades, que perdirão, a maior parte da sua subsistencia e ostentação.

Esta ultima circumstancia, assim como a de não percizarem actualmente as marinhas tão extenções viveiros e comedoras (especie de depozitos onde a agoa se conserva para se hir tornando mais propria para a cristallização do Sal commum) por serem (dizem os praticos) agora as agoas mais finas isto he com menos mistura d'agoa doce por estar a Barra mais perto, e ser por isso mais facil sua purificação, mostra com evidencia que a situação da actual Barra não era a mesma que teve aquella Barra que exestio no tempo em que Aveiro tanto floreceu, e que taobem servia ao seu commercio como á sua Agricultura.

Nem se diga que as Marinhas em Aveiro são posteriores á quella antiga Barra, porque ellas existem antes do começo da Monarchia, como consta da doação feita pela Condeça, na era de 997, de algumas terras e marinhas em Aveiro, a qual se acha no antigo Livro da Collegada de Guimarães: e alem disto

Já na era de 1175 emprazou o Bispo de Coimbra D. Bernardo com o seu cabido huma marinha que tinham em Esgueira no lugar chamado Figueira: e na de 1206 doárão alguns homens de Aveiro ao dito cabido certos talhos de Marinhas, que ali tinham, como consta do livro preto do cartorio do dito cabido a folhas 13 e folhas 123 v.º O que tudo prova a antiguidade das Marinhas em Aveiro.

Taobem não há duvida de que ellas erão muitas, attenta a grande producção que havia de Sal, o qual era em tanta abun-

dancia que apezar da extração que tinha para o Reino, e fóra delle, era o seu preço tão deminuto que hum moio apenas valia 40 ate 50 reis, o que talvez foi a cauza de se fazer huma Postura para que somente se fizesse Sal nos mezes de Julho e Agosto a qual foi confirmada pelo Snr. Rei D. Affonso 4.º e depois nas Cortes d'Elvas, artigo 54, rogarão os d'Aveiro ao Snr. Rei D. Pedro 1.º que a revogasse, e que cada hum fizesse livremente o Sal que quizesse, ao que El Rei prometeu deferir informando-se da cauza por que se fez a dita Postura, o que he expresso no dito artigo que he como se segue = " Item ao que dizem no artigo 54, que bem sabiamos como o fructo Sal he compridouro e necessario aos do nosso Senhorio, porque por el recudiam aos da nossa terra muitos mantimentos, e a Nós muita prol e a muitos de muitas partes de fora dos nossos Regnos, quando a hi há avondamento del, carregam Naves e outros Navios para outras terras de que Noos tiramos grandes Dizimas; e os d'Aveiro considerando mais a sa prol previda, que lhes vallesse mais o Sal por pouco que fizesse que o avondamento que o da nossa terra poderia aver, nem a prol, que se a Nós seguia da Dizimas e possorom antes soij Postura que o nom fizessem se non em no Julho e no Agosto, e foij-lhes confirmada per nosso Padre, da qual se segue muito dapno aos da Nossa terra; porque o moio que soija valer quatro ou cinco libras (80 ou 100 reis) val ora trinta e trinta e cinco (700 reis) e non se faz ora dizima do Sal que soij de fazer antes da dita Postura e que fosse nossa mercê, que mandassemos que quebrassem a dita Postura, e que livremente fizesse cada hum o Sal, que podesse fazer. A este artigo respondemos, que Noos saberemos a razom, que os moveo a fazer tal Postura, e olharemos o que he mais nosso serviço, e prol da nossa terra = " Cortes d'Elvas de 1361.

O mesmo se deduz do que Constantino Botelho de Lacerda expõem em sua Memoria sobre a historia das Marinhas em Portugal pois diz elle = " Que he de crêr que as Marinhas de Aveiro produzissem quasi todo o Sal que se consumia nas tres Provincias do Norte, muito principalmente depois que acabarão as Marinhas, que havia nas margens dos rios Douro, Leça, e Ave: Que de varios artigos de Cortes, Provizoens e Cartas Regias, que se achão no Cartorio da Camara do Porto consta que naquelles tempos entrava naquella cidade huma grande quantidade de Sal das Marinhas de Aveiro, e que d'ali era exportado para as Provincias do Minho e Traz-os-montes. Que hum capitulo especial do Concelho do Porto das Cortes que houverão

em Coimbra em 1336 no reinado do Snr. D. João 1.<sup>o</sup> era, para que se observasse o privilegio de não pagar Dizima do Sal que exportasse de Aveiro, aquelle que mostrasse ter importado para o Porto igual valor em pannos ou outras fazendas de fóra, o que já antigamente fóra concedido, com data de 8 d'Abril do ditto anno."= Liv. antig. da Camar. do Port. a folh. 14.

Mas não forão só estes os dezastrozos effeitos da má situação da Barra pela sua proximidade, pois tãobem são della rezultados a escassêz dos estrumes, e a falta de caça aquatica, que sendo immensa antes da sua abertura, hoje tem quasi de todo dezaparecido.

Outro tanto acontecêo com a Pesca, cujo ramo de industria tão productiva em outro tempo, está na maior decadencia, pela sua escassêz devida certamente á rapidez das marés, que deixando em secco na vazante os pequenos rios ou esteiros, tem nos grandes ou calles tal corrente que não pôde deixar de arrojár ao már todo o peixe que nelles se cria, ou que tinha vindo do már na enchente da maré.

Não há duvida que a Pesca em Aveiro tanto a do rio como a do már, foi antigamente muito abundante, e de tal modo que o peixe hia em barriz, e secco ou salgado não só para diversas partes do Reino mas para fóra d'elle, como nos diz Duarte Nunes de Leão no cap. 30 da Descrip. de Portugal.

Disto he huma prova o estado prospero em que antigamente vivia a classe dos Pescadores, que em Aveiro sempre houve em grande numero, formando huma especie de corporação reunida em huma confraria com a invocação de Santa Maria de Sá com capella propria que ainda existe (apezar dos exforsos destruidores do tempo e dos homens) com o titulo de Nossa Senhora d'Alegria, e com muitos Privilegios dados por nossos Reis, e já expressamente confirmados pelo Snr. D. Afonso o 5.<sup>o</sup> por carta dada em Lisboa aos 20 de Julho de 1449 como consta do Liv. do Tombo daquella confraria a f. 81 v.<sup>o</sup>

E ainda que não será facil o dizer a epoca da fundação daquella Confraria, com tudo sabe-se, que ella já exestia muito antes da era de 1441, anno em que os Pescadores no dia 25 de Junho se ajuntarão, e concordarão entre si certas providencias para melhor arranjo da dita confraria de que lavrarão termo em que dizem—" Que era verdade, que há muitos annos e tempos, que os Pescadores moradores na ditta Villa fizerão e ordenarão por servisso de Deos e da Virgem Santa Maria, confraria de Santa Maria de Saã, a qual Confraria elles tiverão e mantiverão

assi seus antecessores ...." dito Liv. a folh. 66.

E era ella já tão florecente no anno de 1443, que lhe foi concedida licença para poder ter orgaos; por Provizão do Snr. Infante D. Pedro como Regente e Defensor do Reino, na memoridade de seu sobrinho o Snr. Rei D. Affonso 5.º dada em Tentugal aos 23 de Setembro da quelle anno. Dito liv. a folh. 92.

E tanto progredio o seu augmento, que já no anno de 1486 tinha hum Hospital privativamente seu, que era sito em Villanova, e do qual hoje apenas se conserva a capella chamada agora da Senhora da Graça, em lugar da Senhora do Hospital, que dantes era, o qual parece lhe deu Fernão da Veiga, como se deduz da verba do seu testamento feito no Porto, onde fallecêo na quelle anno, e pela qual deixa ao dito Hospital outras propriedades, e que he como se segue= " Item mando que as tres cazas que temos em Villa-nova de Aveiro a que está ao longo do Hospital que demos aos Pescadores da Confraria de Santa Maria de Saã, e outra que está defronte dela, e outra que foi de Salvador, e a Marinha pequena que está no lemite de Aveiro tudo seja do ditto Hospital pela alma de Aldonça Martius que foi minha primeira mulher . . ." Dito Liv. a folh. 10 v.º

A' vista do que não se pode duvidar do quanto a Pesca foi em Aveiro em outro tempo abundante, e hum ramo d'intresse de transcendentos resultados.

Porem todos estes males seriam toleraveis se ao menos se conseguisse ter huma Barra que offerecesse facil navegação aos grandes Navios do Comercio, como todos esperavão, mas desgraçadamente temos visto que ella por sua situação não só peorou a Pesca, e não foi util para a Agricultura, mas também que o Commercio não melhorou, não tanto pela sua pouca profundidade como pella sua má direcção.

Esta má circumstancia da Barra que torna impossivel a sahida das embarcaçoens com o vento Norte, por estar na direcção d'Oest-noroeste, he sem duvida hum grande estorvo para a navegação que faz ser mui demorada e incerta, por ser o vento Norte o reinante nesta costa; o que he certamente o principal motivo de ser o porto de Aveiro pouco ferquentado, por isso que o giro mercantil não só depende do maior ou menor consumo dos generos, mas também da promptidão e facilidade do seu transporte.

Bem conheço o Engenheiro Luiz Gomes de Carvalho, que a Barra só podia ser boa para o Comercio quando ella ficasse em huma direcção tal que fosse sempre navegavel com o vento Norte, o que elle não deixou de dizer ao Governo quando

asseverava, que a Barra havia de ficar de modo a prehencher os fins, que todos dezejavão, o que desgraçadamente se não realizou, não tanto pela má situação e direcção do paredão ou dique construido, e natural corrente das agoas, como pelas obras que aquelle Engenheiro mandou fazer na areia da parte do Norte ao longo da margem do Canal da Barra.

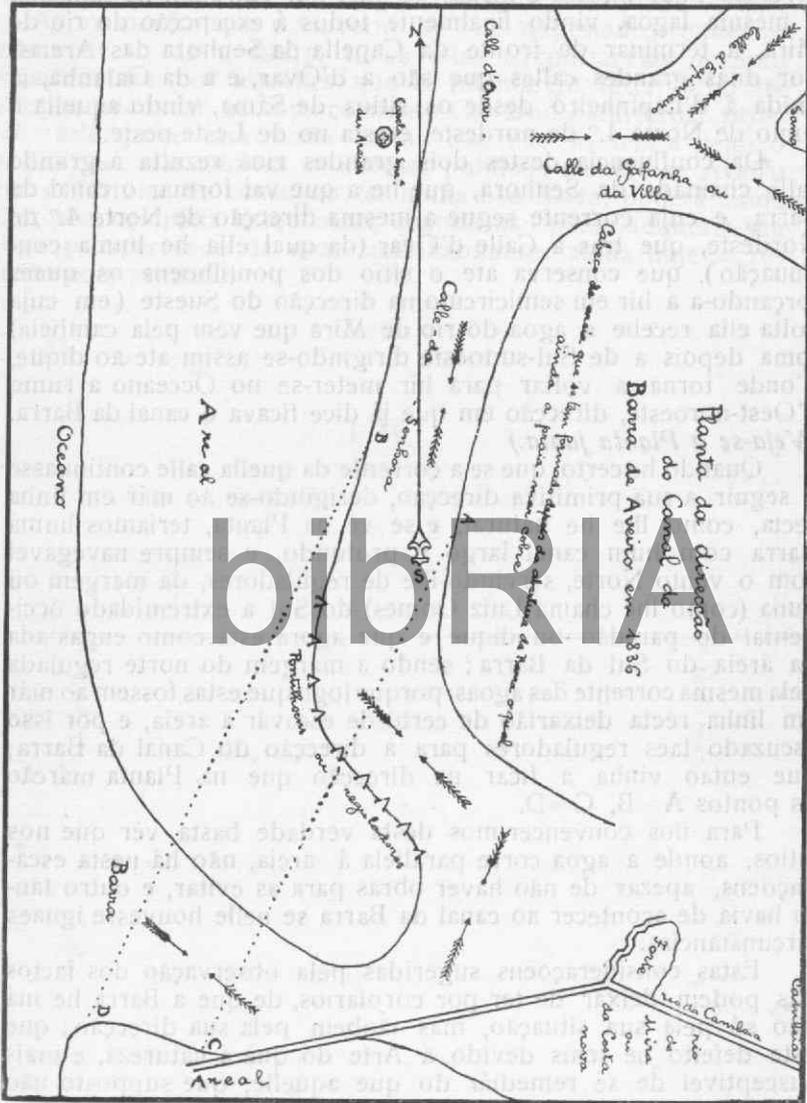
Estas obras que consistem em muitos pontilhoens construidos d'estácas, faxina e pedra e a que Luis Gomes deu o nome de reguladores, forão successivamente feitos logo depois da abertura da Barra, e quando o ditto Engenheiro vio a grande escavação que a corrente das agoas fazia na areia da parte da quella margem do canal da Barra, com o fim, dizia elle, d'obstar á dita escavação, temendo que delia rezultasse a mudança da Barra mais para o norte, o que já mais aconteceu, nem he possível acontecer, pela direcção natural da corrente das agoas, a qual he do Norte e do Nascente, para o Sul e para o poente; cujas obras ainda continuarão depois da morte da quelle Engenheiro, succedida em Junho do anno de 1826, dirigidas somente desde então pelos proprios operarios, hindo sempre reformando aquelles pontilhoens que se arruinavão, e construindo outros de maneira que ainda hoje na vazante se notão exestir dez.

Parece-me que nenhuma razão plauzível se poderá dar para demonstrar a utilidade de tais obras: porque a não ser aquella de regular a corrente do Canal da Barra, ellas não tem nenhuma, porem como a regulão de hum modo contrario ao que convem, como a experiencia tem mostrado, segue-se que ellas não só são inuteis mas ate perjudiciaes.

Tãobem não são ellas percizas para conter em certa largura o canal da Barra, como haverá quem isso julgue, porque esta está regulada naturalmente sempre que continue a ter permanencia o dique, que he a unica obra não só capaz e propria para fixar, e dár hum alveo certo á Barra, mas ate mesmo para regular a largura do seu canal: porque

Não he a Barra d'Aveiro a fôz do Vouga, mas sim a foz da sua extença lagoa, que tendo de largura quasi duas legoas, tem dez na sua grande extensão do Norte ao Sul, que he a distancia em que fica a Villa d'Ovar da costa de Mira, aonde ella chega; assim como chega ás Villas de Vagos e Souza, e he formada pellas agoas dos muitos rios, que nella se misturão, entre os quaes o mais consideral he o Vouga.

Desta reunião rezultão muitos outros canaes Esteiros, e rios profundos ou calles que circundão, em todas as direcçoens as



diversas ilhas ilhotes e insuas de que, por extremo, he semeáda a mesma lagoa, vindo finalmente todos á excepção do rio de Mira, a terminar de frente da Capella da Senhora das Areias, por duas grandes calles que são a d'Ovar, e a da Gafanha, já unida á d'Espinheiro desde os sitios de Sáma, vindo aquella a rumo de Norte 4.º de nordeste, e esta no de Leste-oeste.

Da confluncia destes dois grandes rios rezulta a grande calle chamada da Senhora, que he a que vai formar o canal da Barra, e cuja corrente segue a mesma direcção de Norte 4.º de Nordeste, que tras a Calle d'Ovar (da qual ella he huma continuação), que conserva ate o sitio dos pontilhoens os quaes forçando-a a hir em semicirculo na direcção do Sueste (em cuja volta ella recebe a agoa do rio de Mira que vem pela cambeia) toma depois a de Sul-sudoeste dirigindo-se assim ate ao dique, d'onde torna a voltar para hir meter-se no Oceano a rumo d'Oest-noroeste, direcção em que já dice ficava o canal da Barra. *(Veja-se a Planta junta.)*

Quando he certo, que se a corrente da quella calle continuasse a seguir a sua primitiva direcção, derigindo-se ao már em linha recta, como lhe he natural, e se vê na Planta, teriamos huma Barra com hum canal largo e profundo, e sempre navegavel com o vento Norte, servindo-lhe de reguladores, da margem ou duna (como lhe chama Luiz Gomes) do Sul a extremidade occidental do paredão ou dique e que agora está como engastada na areia do Sul da Barra; sendo a margem do norte regulada pela mesma corrente das agoas: porque logo que estas fossem ao már em linha recta deixarião de certo de escavar a areia, e por isso escuzado taes reguladores para a direcção do Canal da Barra; que entao vinha a ficar na direcção que na Planta marcão os pontos A=B, C=D.

Para nos convencer-mos desta verdade basta vêr que nos sitios, aonde a agoa corre parallelá á areia, não há nesta escaçoens, apezar de não haver obras para as evitar, e outro tanto havia de acontecer ao canal da Barra se nelle houvesse iguaes circumstancias.

Estas consideraçoens sugeridas pela observação dos factos nãs podem deixar de ter por corolarios, de que a Barra he má não só pela sua situação, mas tãobem pela sua direcção; que este defeito he mais devido á Arte do que á natureza, e mais susceptivel de se remediár do que aquelle, que supposto não seja impossivel, com tudo além de mui defícil, he assáz dispendioso; e só isto poderá avaliar quem considerar as

enormes massas consumidas na formação daquelle dique.

Agora porém que o Governo de Sua Magestade propõem o melhoramento desta Barra, todas estas circumstancias deverão ser attendidas por aquelles que o intentarem fazer, a fim de poderem secundar as intençoens do Governo para tornar prospero este paiz, mostrando assim que não só tem a peito o seu intresse mas tãobem o intresse publico; e então se Aveiro tiver a fortuna de conseguir ter huma boa Barra, poderá ainda evitar sua completa aniquilação, quando não possa adquerir sua antiga prosperidade da qual seus habitantes ainda hoje se recordão com saudade.

ERRATAS

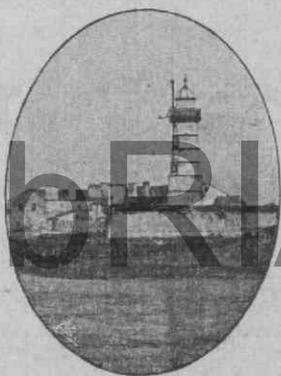
FIM

bibRIA

## ERRATAS

<i>Página</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Deve ler-se :</i>
14	22	<i>renovados</i>	renovadas
14	26	<i>mostrarão</i>	mostravão
15	35	<i>desses</i>	de seus
16	9	<i>preciso</i>	perciso
16	26	<i>cspaço</i>	espaço
16	42	<i>orte</i>	Forte
17	16	<i>ninguém</i>	ninguem
17	36	<i>sete</i>	sette
21	26	<i>comercio</i>	commercio
21	30	<i>pella</i>	pela
21	39	<i>conheço</i>	conheceo
21	40	<i>comercio</i>	commercio
24	37	<i>nãs</i>	não

biBRIA



*A' Bibliotheca Municipal  
de Aveiro, off.*

*Francisco Ferveiro Neves*

As "Reflexões Históricas sobre a Barra de Aveiro"

DE ALMEIDA COIMBRA  
e as Obras de Luiz Gomes

**biblioteca**

Do autor

*Aritmética prática*, para a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes dos Liceus, 2.<sup>a</sup> edição.

*Elementos de Álgebra*, para a 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> classes dos Liceus,  
2.<sup>a</sup> edição.

*A Matemática no ensino secundário.*

*O III Congresso Regional das Beiras* (relatório, teses, votos).